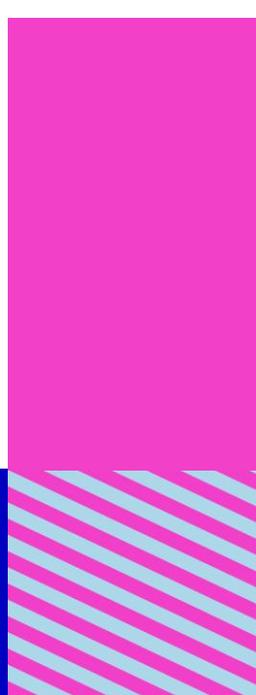




**Vento de São Vicente Participações
Energias Renováveis S.A.**

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e
relatório dos auditores independentes**





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

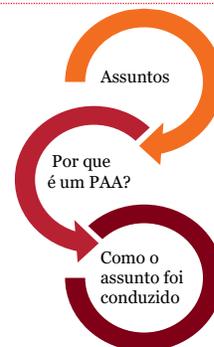
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos Contrato de leilão de energia - LER e LEN

Conforme descrito nas notas explicativas 15 e 18 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de Reserva ("LER") e Contrato de Leilão de Energia Nova (LEN). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e consequentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quatrienalmente conforme estipulado em contrato.

Considerando o exposto acima, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento e teste dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN.

Também realizamos: i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos seus controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada e iv); revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o reconhecimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 30 de março de 2020

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2



Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balço patrimonial	6
Demonstraço do resultado do exercíco.....	7
Demonstraço do resultado abrangente do exercíco	8
Demonstraço das mutaçoões do patrimônio líquido	9
Demonstraço dos fluxos de caixa	10
Demonstraço do valor adicionado	11

Notas explicativas da Administração às demonstraçoões financeiras individuais e consolidadas

1	Consideraçoões gerais.....	12
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercíco de 2019.....	13
2	Apresentaço das demonstraçoões financeiras e resumo das prácticas contábeis	13
2.1	Base de apresentaço	13
2.2	Consolidaço	14
2.3	Mudança de política contábil – Ressarcimento anual e quadrienal.....	14
2.4	Moeda funcional e de apresentaço das demonstraçoões financeiras	15
3	Novas normas, alteraçoões e interpretaçoões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	15
3.1	IFRS 16 / CPC 06 (R2) – “Arrendamentos”	15
3.2	IFRIC 23 / ICPC 22 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro”	15
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	15
5	Gestão de risco financeiro.....	16
5.1	Fatores de risco financeiro	16
5.2	Estimativa do valor justo	18
5.3	Demonstrativo da análise de sensibilidade	19
6	Instrumentos financeiros por categoria	20
7	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	21
8	Caixa e equivalentes de caixa	21
8.1	Fundo de Liquidez – Conta reserva	22
9	Contas a receber de clientes	22
10	Partes relacionadas	23
11	Investimentos.....	25
12	Imobilizado	26
13	Intangível.....	29
14	Empréstimos e financiamentos.....	29
15	Provisão de ressarcimento	31
16	Provisões	32
17	Patrimônio líquido.....	33
18	Receita	34
19	Abertura do resultado por natureza	36
20	Resultado financeiro líquido	36
21	Imposto de renda e contribuição social	37
22	Seguros (não auditado)	37
23	Eventos subsequentes.....	37

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.154	5.149	50.782	37.726	Empréstimos e financiamentos	14	2.937	2.774	58.200	58.738
Contas a receber de clientes	9			37.313	40.270	Fornecedores		20	6	4.134	1.497
Tributos a recuperar		86	60	489	401	Tributos a recolher		1	12	2.692	5.227
Dividendos a receber	10	14.092	14.513			Partes relacionadas	10			913	
Outros ativos		15	602	3.523		Provisão de ressarcimento	15			310	
		<u>20.332</u>	<u>19.737</u>	<u>89.186</u>	<u>81.920</u>	Provisões	16			6.055	6.055
						Dividendos a pagar	10	13.442	15.700	13.442	15.700
						Outros passivos				247	54
								<u>16.400</u>	<u>18.492</u>	<u>85.993</u>	<u>87.271</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	14	108.290	104.020	821.817	868.177
Fundo de Liquidez - conta reserva	8.1			37.123	34.811	Tributos a recolher				6.398	6.397
Outros ativos				338	339	Provisão de ressarcimento	15			14.443	
				<u>37.461</u>	<u>35.150</u>	Provisões	16			26.133	24.234
								<u>108.290</u>	<u>104.020</u>	<u>868.791</u>	<u>898.808</u>
						Total do passivo		<u>124.690</u>	<u>122.512</u>	<u>954.784</u>	<u>986.079</u>
Investimentos	11	425.744	438.328			Patrimônio líquido	17				
Imobilizado	12			1.109.579	1.163.424	Capital social		278.467	278.467	278.467	278.467
Intangível	13			39.944	41.138	Reserva legal		3.799	3.743	3.799	3.743
		<u>425.744</u>	<u>438.328</u>	<u>1.149.523</u>	<u>1.204.562</u>	Reserva de lucros		39.120	53.343	39.120	53.343
						Total do patrimônio líquido		<u>321.386</u>	<u>335.553</u>	<u>321.386</u>	<u>335.553</u>
Total do ativo		<u>446.076</u>	<u>458.065</u>	<u>1.276.170</u>	<u>1.321.632</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>446.076</u>	<u>458.065</u>	<u>1.276.170</u>	<u>1.321.632</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
6 de 37

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida da venda de energia	18			178.697	253.760
Custo da geração de energia	19			(90.034)	(104.133)
Lucro bruto				88.663	149.627
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	19	(176)	(607)	(4.797)	(6.357)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(10)		490	(1.203)
		(186)	(607)	(4.307)	(7.560)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(186)	(607)	84.356	142.067
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11	11.575	61.106		
		11.575	61.106		
Resultado financeiro líquido	20				
Receitas financeiras		78	252	4.375	5.668
Despesas financeiras		(10.372)	(10.359)	(80.013)	(86.337)
		(10.294)	(10.107)	(75.638)	(80.669)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.095	50.392	8.718	61.398
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	21		(64)	(7.623)	(11.070)
Lucro líquido do exercício		1.095	50.328	1.095	50.328
Quantidade média ponderada de ações - milhares		278.466	278.466	278.466	278.466
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais		3,93	180,73	3,93	180,73

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.095	50.328
Total do resultado abrangente do exercício	1.095	50.328

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2018		<u>278.467</u>	<u>1.227</u>	<u>17.485</u>		<u>297.179</u>
Lucro líquido do exercício					50.328	50.328
Total do resultado abrangente do exercício					50.328	50.328
Destinação do lucro do exercício						
Constituição de reserva legal			2.516		(2.516)	
Dividendos obrigatórios mínimos					(11.954)	(11.954)
Retenção de lucros				35.858	(35.858)	
Total de contribuições e distribuições aos acionistas			<u>2.516</u>	<u>35.858</u>		<u>38.374</u>
Em 31 de dezembro de 2018		<u>278.467</u>	<u>3.743</u>	<u>53.343</u>		<u>335.553</u>
Lucro líquido do exercício					1.095	1.095
Total do resultado abrangente do exercício					1.095	1.095
Dividendos adicionais distribuídos	1.1 (a)			(15.000)		(15.000)
Destinação do lucro do exercício						
Constituição de reserva legal			56		(56)	
Dividendos obrigatórios mínimos	17 (c)				(262)	(262)
Retenção de lucros				777	(777)	
Total de contribuições e distribuições aos acionistas			<u>56</u>	<u>(14.223)</u>		<u>(14.167)</u>
Em 31 de dezembro de 2019		<u>278.467</u>	<u>3.799</u>	<u>39.120</u>		<u>321.386</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.095	50.392	8.718	61.398
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	12 e 13			58.315	57.880
Juros de empréstimos e financiamentos	14	10.254	9.717	75.329	80.246
Apropriação dos custos de captações	14	58	301	1.372	1.153
Equivalência patrimonial	11	(11.575)	(61.106)		
Baixa de investimento	11	10			
Provisão de ressarcimento	15			14.753	
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	16			1.899	3.357
		(158)	(696)	160.386	204.034
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes				2.957	(13.941)
Tributos a recuperar		(26)	(53)	(88)	13
Demais créditos e outros ativos		15		2.922	2.998
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		14	(32)	2.637	(50.436)
Tributos a recolher		(11)	(12)	(2.797)	1.470
Partes relacionadas				913	
Demais obrigações e outros passivos				193	(4.042)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		(166)	(793)	167.123	140.096
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	(5.879)	(5.226)	(69.076)	(46.606)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(89)	(7.360)	(10.439)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(6.045)	(6.108)	90.687	83.051
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimentos em conta reserva				(2.312)	(34.811)
Aquisição de imobilizado	12			(3.185)	(8.885)
Aquisição de intangível	13			(91)	
Dividendos recebidos	1.1 (b)	25.170	7.032		
Aumento de capital em investida	11	(600)			
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		24.570	7.032	(5.588)	(43.696)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	14				36.567
Liquidação de empréstimos e financiamentos	14			(54.523)	(446.193)
Adições dos custos de captações	14				(2.597)
Pagamento de dividendos	1.1 (a)	(17.520)	(2.081)	(17.520)	(2.081)
Redução de capital social a pagar aos acionistas					(215.247)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(17.520)	(2.081)	(72.043)	(629.551)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		1.005	(1.157)	13.056	(590.196)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.149	6.306	37.726	627.922
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.154	5.149	50.782	37.726

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
 Demonstração do valor adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas					
Venda de energia	18			187.727	264.773
Outras receitas operacionais				500	
				188.227	264.773
Insumos adquiridos de terceiros					
Compra de energia elétrica	19			(2.782)	(21.462)
Serviços de terceiros e outros		(186)	(607)	(30.908)	(28.169)
		(186)	(607)	(33.690)	(49.631)
Valor adicionado bruto		(186)	(607)	154.537	215.142
Depreciação e amortização	19			(58.315)	(57.880)
Valor adicionado líquido produzido		(186)	(607)	96.222	157.262
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	11	11.575	61.106		
Receitas financeiras	20	78	252	4.375	5.668
		11.653	61.358	4.375	5.668
Valor adicionado total a distribuir		11.467	60.751	100.597	162.930
Distribuição do valor adicionado					
Encargos regulamentares					
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	18			632	
				632	
Impostos e contribuições					
Federais			64	14.918	22.083
Estaduais				1.103	
			64	16.021	22.083
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras	20	10.372	10.359	80.013	86.337
Aluguéis e arrendamentos	19			2.836	4.182
		10.372	10.359	82.849	90.519
Remuneração de capitais próprios					
Constituição de reserva legal		56	2.516	56	2.516
Dividendos		262	11.954	262	11.954
Lucros retidos		777	35.858	777	35.858
		1.095	50.328	1.095	50.328
Valor adicionado distribuído		11.467	60.751	100.597	162.930

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede em Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, foi constituída em 22 de dezembro de 2011. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é controlada direta da VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), *joint venture* controlada em conjunto pela Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e *Canada Pension Plan Investment Board* ("CPPIB").

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas na cidade de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí, com capacidade instalada total de 205,8 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eólio-elétrica (EOL)	Portaria MME
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 08	75/2016
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 09	76/2016
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 10	77/2016
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 11	78/2016
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 12	79/2016
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 13	80/2016
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 14	81/2016

Com as seguintes características:

Eólica	Capacidade instalada MW	Energia assegurada por MWH/ Ano	Início	Término
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A	29,4	134.904	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	29,4	134.028	10/03/2016	10/03/2051

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR - Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- LEN – Leilão de Energia Nova.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2019

(a) Dividendos pagos e deliberados

Em outubro de 2019, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos adicionais à sua controladora VTRM, à conta de reserva de lucros, verificada no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018, no montante total de R\$ 15.000.

Em 2019, a Companhia realizou pagamento de dividendos no montante total de R\$ 17.520, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais.

(b) Dividendos recebidos e deliberados

Em outubro de 2019, as controladas Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A., Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A., Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. deliberaram a distribuição de dividendos adicionais à Companhia, à conta de reserva de lucros, verificada no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018, no montante total de R\$ 22.000.

Em 2019, a Companhia recebeu dividendos de suas controladas, no montante total de R\$ 25.170, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais.

(c) Aporte de investimento – Ventos de Santo Agostinho

Em 15 de fevereiro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aportou parcela de seu investimento na Ventos de Santo Agostinho energia Renováveis S.A., no montante de R\$ 600, referente a 600.000 ações ordinárias, mantendo o percentual de 100% de participação.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2019, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia e suas controladas divulgam espontaneamente sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as companhias abertas, e são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional e o custo histórico como base de valor, com exceção de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 18 de março de 2020.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As principais empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas Nota 2.2 (b).

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização	Atividade principal
	2019	2018		
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí	100%	100%	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns

2.3 Mudança de política contábil – Ressarcimento anual e quadrienal

As controladas da Companhia revisaram sua política contábil relativa aos ressarcimentos anuais e quadrienais e, a partir de janeiro de 2019, os valores que antes eram reconhecidos no resultado na rubrica "Custo com a geração de energia" passaram a ser reconhecidos como redutores da receita, na rubrica "Receita líquida de venda de energia". De acordo com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro esta alteração foi realizada de forma prospectiva.

2.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas é o Real ("R\$").

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

As alterações das normas existentes a seguir descritas foram publicadas e são obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas.

3.1 IFRS 16 / CPC 06 (R2) – "Arrendamentos"

(i) Principais pontos introduzidos pela norma

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, esta norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

(ii) Impactos na adoção

A Companhia e suas controladas realizaram as análises necessárias para identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o enquadramento dos mesmos no conceito da norma. No entanto, com base no entendimento realizado pela Administração, não há impacto na contabilização de ativos e passivos, dado que os pagamentos variam em razão da receita efetiva de geração de energia.

3.2 IFRIC 23 / ICPC 22 – "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro"

(i) Principais aspectos introduzidos pela norma

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, essa interpretação esclarece a forma como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração do CPC 32 – Impostos sobre o Lucro, quando existe incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o lucro. Nessas circunstâncias, a Companhia deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo por impostos corrente ou diferido aplicando os requisitos do CPC 32 – "Impostos sobre o Lucro", com base no lucro tributável (perda fiscal), na matéria coletável, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas taxas de imposto determinados em aplicação desta interpretação.

(ii) Impactos na adoção

A Companhia e suas controladas aderiram a interpretação a partir de sua vigência em 1º de janeiro de 2019, no entanto, com base no entendimento realizado pela Administração, não há impacto material na contabilização de posições incertas sobre os impostos sobre o lucro em razão da adoção desta nova interpretação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- (i) Contas a receber de clientes (Nota 9)
- (ii) Imobilizado (Nota 12)
- (iii) Intangível (Nota 13)
- (iv) Provisão de ressarcimento (Nota 15)
- (v) Provisões (Nota 16).

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado; (b) risco de crédito; (c) risco de liquidez e (d) risco regulatório.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia e suas controladas seguem a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da Votorantim S.A. (“VSA”), controladora da VGE, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

(a) Risco de mercado

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas contra eventos adversos, tais como oscilações de taxas de juros. A governança e suas macro diretrizes estão definidas na Política Financeira Votorantim.

(b) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s.

O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é “A” (em escala local) ou “BBB-” (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2019, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Controladora				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	3.238			109.345	112.583
Fornecedores	20				20
	<u>3.258</u>			<u>109.345</u>	<u>112.603</u>
Consolidado					
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	114.171	210.044	303.300	699.287	1.326.802
Fornecedores	4.134				4.134
Partes relacionadas	913				913
	<u>119.218</u>	<u>210.044</u>	<u>303.300</u>	<u>699.287</u>	<u>1.331.849</u>

(d) Risco regulatório

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

5.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados nos níveis 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo:

Valor justo medido com base em							
	Nota	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)		Técnica de valorização suportada por preços observáveis (Nível 2)		Valor justo	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.154	50.782			6.154	50.782
Fundo de Liquidez - conta reserva	8.1		37.123				37.123
		<u>6.154</u>	<u>87.905</u>			<u>6.154</u>	<u>87.905</u>
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	14			111.227	880.017	104.821	873.165
				<u>111.227</u>	<u>880.017</u>	<u>104.821</u>	<u>873.165</u>

5.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos empréstimos e financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo as Políticas Financeiras da VSA.

Os cenários em 31 de dezembro de 2019 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2019, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2020;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019.

					Controladora				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Equivalentes de caixa e Conta reserva (i)	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2019	Resultados do cenário I	- 25%	- 50%	+ 25%	+ 50%
Taxas de juros									
CDI	6.125		BRL mil	- 16 bps*	(10)	(67)	(135)	67	135
IPCA		109.345	BRL mil	- 22 bps*	241	921	1.842	(921)	(1.842)
					Consolidado				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Equivalentes de caixa e Conta reserva (i)	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2019	Resultados do cenário I	- 25%	- 50%	+ 25%	+ 50%
Taxas de juros									
CDI	83.055		BRL mil	- 16 bps*	(133)	(914)	(1.827)	914	1.827
IPCA		109.345	BRL mil	- 22 bps*	241	921	1.842	(921)	(1.842)
TJLP		785.884	BRL mil	0 bps*		11.690	23.380	(11.690)	(23.380)

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de caixa e equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e empréstimos e financiamentos, pois a análise realizada contemplou somente os cenários de taxas de juros sobre o valor principal das operações financeiras.

*bps – basis points.

6 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

As compras e vendas normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no exercício em que ocorrem.

(a) Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(i) Custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes	9			37.313	40.270
				37.313	40.270
Ao valor justo por meio de resultado					
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8	6.154	5.149	50.782	37.726
Fundo de Liquidez - conta reserva	8.1			37.123	34.811
		6.154	5.149	87.905	72.537
Passivos					
Ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	14	111.227	106.794	880.017	926.915
Fornecedores		20	6	4.134	1.497
Partes relacionadas	10			913	
		111.247	106.800	885.064	928.412

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

7 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2019	2018	2019	2018
AAA	6.148	5.143	79.492	72.341
AA+			18	
AA	1		19	
AA-			8.371	
BB		6		196
Sem rating	5		5	
	6.154	5.149	87.905	72.537

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Moeda nacional				
Depósitos bancários a vista	29	10	4.850	35
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	6.125	5.139	45.932	37.691
	<u>6.154</u>	<u>5.149</u>	<u>50.782</u>	<u>37.726</u>

8.1 Fundo de Liquidez – Conta reserva

Política contábil

São os depósitos bancários feitos em contas com restrição de movimentação por força de cláusula contratual de financiamentos, sem liquidez imediata, classificados no ativo não circulante.

Os empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total de caixa restrito em contas reserva é de R\$ 37.123 (R\$ 34.811 em 31 de dezembro de 2018).

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação vinda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

As controladas da Companhia não possuem histórico de perdas de contas a receber de clientes e por esse motivo, não há indícios de perdas estimadas de crédito para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

(a) Composição

	Nota	Consolidado	
		2019	2018
ACR			
Leilão de Energia Nova (LEN)		22.353	6.692
		<u>22.353</u>	<u>6.692</u>
ACL			
Partes relacionadas	10	1.825	12.049
Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)		13.135	21.529
		<u>14.960</u>	<u>33.578</u>
		<u>37.313</u>	<u>40.270</u>

Contas a receber ACR: representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratos firmados conforme participação em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários.

Contas a receber ACL: representados por conta a receber de contratos de operações de venda de energia, em ambiente de contratação livre.

Contabilização CCEE: o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), podendo representar valor a receber ou a pagar.

Os valores a receber negociados pela Companhia no ambiente de comercialização livre e regulado, normalmente, possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer	24.012	18.741
Vencidos até 3 meses	13.301	21.529
	37.313	40.270

10 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint operation* e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, principalmente comercialização de energia.

(a) Controladora

	Dividendos a receber		Dividendos a pagar	
	2019	2018	2019	2018
Sociedades controladas				
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A	2.029	1.747		
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	1.837	3.082		
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	1.922	1.632		
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	2.064	1.965		
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A	409	2.005		
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	5.295	2.107		
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	536	1.975		
Sociedade controladora				
VTRM Energia Participações S.A.			13.442	15.700
	14.092	14.513	13.442	15.700

(b) Consolidado

	Contas a receber de		Fornecedores	Dividendos a pagar		Vendas		Compras	
	2019	2018		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sociedade coligada									
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	1.825	12.049	913			19.463	164.868	2.620	13.026
Sociedade controladora									
VTRM Energia Participações S.A.				13.442	15.700				
	<u>1.825</u>	<u>12.049</u>	<u>913</u>	<u>13.442</u>	<u>15.700</u>	<u>19.463</u>	<u>164.868</u>	<u>2.620</u>	<u>13.026</u>

Em 2018, a Companhia negociou junto ao mercado regulado, para realizar maior volume de venda no mercado livre, destinando assim, grande parte de suas vendas para a Votener. Em 2019, houve entrega de 90% da energia produzida para o mercado regulado, e apenas a geração restante, destinada ao mercado livre, vendida para a Votener.

11 Investimentos**Política contábil**

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

								Controladora	
Informações em 31 de dezembro de 2019					Resultado de equivalência patrimonial			Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2019	2018	2019	2018	
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial									
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A	59.809	1.187	100,00	100,00	1.187	7.355	59.809	58.905	
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	62.644	3.524	100,00	100,00	3.524	12.978	62.644	70.958	
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	60.390	1.220	100,00	100,00	1.220	6.871	60.390	58.860	
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	60.297	421	100,00	100,00	421	8.271	60.297	59.977	
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A	59.849	1.725	100,00	100,00	1.725	8.443	59.849	62.536	
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	60.724	1.241	100,00	100,00	1.241	8.870	60.724	64.780	
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	62.031	2.257	100,00	100,00	2.257	8.318	62.031	62.312	
					<u>11.575</u>	<u>61.106</u>	<u>425.744</u>	<u>438.328</u>	

(b) Movimentação

	Nota	Controladora	
		2019	2018
Saldo inicial do exercício		438.328	391.735
Equivalência patrimonial		11.575	61.106
Dividendos adicionais deliberados	1.1 (b)	(22.000)	
Dividendos mínimos obrigatórios		(2.749)	(14.513)
Aumento de capital social - Ventos de Santo Agostinho	1.1 (c)	600	
Outros		(10)	
Saldo no final do exercício		<u>425.744</u>	<u>438.328</u>

12 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 16 (b) – Obrigações com desmobilização de ativos).

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciações utilizadas nas controladas da Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de

caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”). Os ativos não financeiros, que tenham sido impactados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de possível reversão do *impairment* na data do balanço.

As controladas da Companhia não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

							Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	2019	2018
Saldo no início do exercício								
Custo	1.094.366	117.510	20.877	309			1.233.062	1.224.177
Depreciação acumulada	(64.137)	(4.709)	(689)	(103)			(69.638)	(13.036)
Saldo líquido	1.030.229	112.801	20.188	206			1.163.424	1.211.141
Adições	1.015	1.570			117	483	3.185	8.885
Depreciação	(52.361)	(3.977)	(629)	(45)	(18)		(57.030)	(56.602)
Saldo no final do exercício	978.883	110.394	19.559	161	99	483	1.109.579	1.163.424
Custo	1.095.381	119.080	20.877	309	117	483	1.236.247	1.233.062
Depreciação acumulada	(116.498)	(8.686)	(1.318)	(148)	(18)		(126.668)	(69.638)
Saldo no final do exercício	978.883	110.394	19.559	161	99	483	1.109.579	1.163.424
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	20	20			

Em 2019 não houve adições e baixas significativas que impactassem o ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, sendo que os principais ativos são os aerogeradores das centrais eólicas.

13 Intangível

Política contábil

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis.

Com o início da operação do parque eólico, esses gastos serão amortizados e tratados como custo de produção.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado			
	Direitos sobre uso de software	Direitos de exploração	2019	2018
Saldo no início do exercício				
Custo		44.761	44.761	44.761
Amortização acumulada		(3.623)	(3.623)	(2.345)
Saldo líquido		41.138	41.138	42.416
Adições	91		91	
Amortização	(5)	(1.280)	(1.285)	(1.278)
Saldo no final do exercício	86	39.858	39.944	41.138
Custo	91	44.761	44.852	44.761
Amortização acumulada	(5)	(4.903)	(4.908)	(3.623)
Saldo no final do exercício	86	39.858	39.944	41.138
Taxas médias anuais de amortização - %	20	3		

14 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total		Cont roladora
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	Valor justo
Moeda nacional								
Debêntures	IPCA + 5,47%	2.937	2.774	108.290	104.020	111.227	106.794	104.821
		2.937	2.774	108.290	104.020	111.227	106.794	104.821

Modalidade	Encargos anuais médios						Consolidado	
		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Moeda nacional								
BNDES	TJLP + 2,16%	55.263	55.964	713.527	764.157	768.790	820.121	768.344
Debêntures	IPCA + 5,47%	2.937	2.774	108.290	104.020	111.227	106.794	104.821
		<u>58.200</u>	<u>58.738</u>	<u>821.817</u>	<u>868.177</u>	<u>880.017</u>	<u>926.915</u>	<u>873.165</u>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. É o custo básico de financiamentos do BNDES.

(b) Perfil de vencimento

Modalidade						Controladora	
	2020	2021	2022	2023	2024	Total	
Moeda nacional							
Debêntures	2.937				108.290	111.227	
	<u>2.937</u>				<u>108.290</u>	<u>111.227</u>	
	3%				97%	100%	

Modalidade										Consolidado
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	A partir de 2028	Total
Moeda nacional										
BNDES	55.263	52.854	52.854	52.854	52.854	52.854	52.854	52.854	343.549	768.790
Debêntures	2.937				108.290					111.227
	<u>58.200</u>	<u>52.854</u>	<u>52.854</u>	<u>52.854</u>	<u>161.144</u>	<u>52.854</u>	<u>52.854</u>	<u>52.854</u>	<u>343.549</u>	<u>880.017</u>
	7%	6%	6%	6%	18%	6%	6%	6%	39%	100%

(c) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial do exercício	106.794	102.002	926.915	1.304.345
Captações				36.567
Provisões de juros	10.254	9.717	75.329	80.246
Adições dos custos com captações				(2.597)
Apropriação dos custos de captações	58	301	1.372	1.153
Juros pagos	(5.878)	(5.226)	(69.076)	(46.606)
Liquidações			(54.523)	(446.193)
Saldo final do exercício	<u>111.228</u>	<u>106.794</u>	<u>880.017</u>	<u>926.915</u>

(d) Garantias

Modalidade	Garantia
BNDES	Garantia Votorantim S.A. (1) e Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.; Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Debêntures	Garantia Votorantim S.A.

(1) Garantias serão liberadas após o cumprimento de determinadas obrigações previstas nos contratos.

(e) Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas controladas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*). Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme último período de apuração.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2019, as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras foram adequadamente atendidas.

15 Provisão de ressarcimento**Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros ocorrem em parcela única no segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano de atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em parcela única, a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas

controladas à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

	Consolidado
	2019
Saldo no início do exercício	
Adições	14.753
Saldo no final do exercício	14.753
Circulante	310
Não Circulante	14.443
	14.753

16 Provisões

(a) Contingências

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos ambientais e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do período. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não há processos com probabilidade de perda avaliada como provável nos quais a Companhia esteja envolvida.

Processos com prognóstico de perda possíveis

Autos de infração 6083/2019 e 6084/2019.

Em 8 de novembro de 2019, a controlada Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. foi notificada da lavratura de dois autos de infração pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí - SEMAR/PI em decorrência de (i) suposto descumprimento de condicionante de licença de operação por alegada suposta provocação de efeitos estroboscópicos em residência no entorno do empreendimento e (ii) suposta elaboração de relatórios omissos de monitoramento de ruídos e efeito estroboscópico.

Em 27 de novembro de 2019, a controlada apresentou impugnações aos autos de infração que, atualmente, aguardam julgamento em 1ª instância administrativa. Os valores atualizados em 31 de dezembro de 2019 são de, respectivamente, R\$ 2.515 e R\$ 101, totalizando o montante de R\$ 2.616.

(b) Obrigações com desmobilização de ativos**Política contábil**

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

As controladas da Companhia reconhecem obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado, essas estimativas são revisadas anualmente.

	Consolidado			
	Desmobilização de ativos	Compensação Ambiental	2019	2018
Saldo no início do exercício	24.234	6.055	30.289	26.932
Ajuste a valor presente	1.899		1.899	3.357
Saldo no final do exercício	26.133	6.055	32.188	30.289
Circulante		6.055	6.055	6.055
Não circulante	26.133		26.133	24.234
	26.133	6.055	32.188	30.289

17 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 278.467, composto por 278.465.920 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 2019, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos obrigatórios mínimos, no montante de R\$ 262, reconhecido em dividendos a pagar.

(d) Lucro básico e diluído por ação

É calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores pela quantidade de ações em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

Em 2019, não houve alterações no número de ações da Companhia (Nota 17 (a)).

	2019
Lucro líquido do exercício	1.095
Reserva legal - 5%	(56)
Base de cálculo dos dividendos	1.039
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	262
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	278.466
Dividendos por ação em reais	0,0009

18 Receita**Política contábil**

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado.

O IFRS 15 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e sua adoção pelas controladas da Companhia não resultou em quaisquer alterações no prazo ou valor de reconhecimento de receita segundo o modelo IFRS 15 em comparação com a receita que seria reportada na IAS 18 "Receita".

Para isso, as controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia de suas controladas são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos fluirão para as controladas da Companhia.

Venda de energia elétrica

		Consolidado	
	Nota	2019	2018
ACR			
Leilão de Energia Nova (LEN)		168.119	78.796
ACL			
Partes relacionadas	10	19.463	164.868
Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)		145	21.109
Venda de energia		187.727	264.773
Deduções sobre a venda de energia elétrica			
Impostos sobre vendas		(8.398)	(11.013)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(632)	(11.013)
		(9.030)	(11.013)
Receita líquida		178.697	253.760

As receitas das controladas da Companhia são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

19 Abertura do resultado por natureza

	Cont roladora	
	Despesas gerais e administrativas	
	2019	2018
Serviços de terceiros	137	591
Materiais	17	16
Outras	32	
	<u>186</u>	<u>607</u>

	Consolidado			
	Custo da geração de energia	Despesas gerais e administrativas	2019	2018
Depreciação e amortização	57.660	655	58.315	57.880
Serviços de operação e manutenção (O&M)	17.448		17.448	12.366
Custo de manutenção e de transmissão	7.367	607	7.974	6.913
Aluguéis e arrendamentos	2.826	10	2.836	4.182
Custo com suprimento de energia	2.782		2.782	21.462
Serviços de terceiros	1.570	1.908	3.478	5.417
Seguros	190	1.080	1.270	1.251
Materiais	66	258	324	51
Outras despesas	125	279	404	968
	<u>90.034</u>	<u>4.797</u>	<u>94.831</u>	<u>110.490</u>

20 Resultado financeiro líquido

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. A receita financeira decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é reconhecida conforme o prazo decorrido das operações, usando-se da taxa de juros efetiva.

	Cont roladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	78	252	4.343	5.668
Outras receitas financeiras			32	
	<u>78</u>	<u>252</u>	<u>4.375</u>	<u>5.668</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.254)	(9.717)	(75.329)	(80.246)
Apropriação de custos de captação	(58)	(301)	(1.372)	(1.153)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos			(1.899)	(3.357)
Outras despesas financeiras	(60)	(341)	(1.413)	(1.581)
	<u>(10.372)</u>	<u>(10.359)</u>	<u>(80.013)</u>	<u>(86.337)</u>
	<u>(10.294)</u>	<u>(10.107)</u>	<u>(75.638)</u>	<u>(80.669)</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As controladas optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 7.623 (R\$ 11.070 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

22 Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

23 Eventos subsequentes

Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta Pandemia, vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

O Comitê de Crise da Companhia está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. Estamos avaliando o assunto também junto aos nossos clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não é possível estimar os eventuais impactos que a pandemia poderá trazer para o mercado em geral e para os nossos negócios.

Adicionalmente, considerando a análise das informações e dados que temos até o momento, não temos visibilidade de qualquer impacto em nossas Demonstrações Financeiras ou indícios que impliquem em mudanças em nossas estimativas contábeis decorrentes do COVID-19.

Por fim, informamos que até o presente momento, não tivemos impactos em nossas operações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos à eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a nova pandemia poderá provocar.